

«ACADÉMICA» DO PORTO: O FIO DA NAVALHA

Por FRANCISCO JAIME QUESADO

UMA das questões «quentes» para a «reentrê» associativa nacional e que irá ditar o tom da principal intervenção estudantil centra-se na possibilidade da viabilização de uma Confederação Nacional de Associações. Um órgão onde são convergentes as representações das estruturas associativas das academias nacionais e que poderia centralizar com mais eficácia a capacidade de discussão de alguns dos principais problemas que se levantam em torno dos estudantes do Ensino Superior nacional. A atitude, com o seu quê de novidade e positivo, levanta, contudo, duas questões pertinentes — ao falar-se em associações, dever-se-á considerar a referência «estudantes» ou «académicas»?; por outro lado, que posicionamento vai oferecer-se ao Porto, uma das maiores e mais representativas academias nacionais, caso a segunda vertente seja a escolhida?

Analisemos atentamente as premissas subjacentes ao processo. Parece lícito poder afirmar-se que a sequência mais lógica a seguir no concernente à formação de uma hipotética CNA será a da opção pela variante, «académica», o que equivale a colocar a tónica na base representativa de uma dada academia, ou seja, seria algo questionável colocar à mesa das discussões cerca de cinquenta associações, num mesclado arbitrário de «académicas» e de «estudantes»; o Ensino Superior nacional tem conhecido um processo inelutável de revitalização nos últimos anos, materializado na expansão das «novas» e na modernização das «clássicas» e não há dúvida que há que evidenciar os contributos das diferentes academias (e entenda-se que estas poderão, como subjacente aos casos de Lisboa e Porto, englobar várias universidades) para a discussão de assuntos prementes, como o são a Reforma do Sistema Edu-

cativo, o problema do Serviço Militar e outros.

As estruturas de juventude não se cingem ao foco centrado nos estudantes do Ensino Superior, considerados ainda por muitas vozes «etnocéntricas» como «seleitos» e pertencentes a uma minoria selectiva; seria aliás subversivo optar por tal caminho, e mais do que isso, fazer saltar para a ribalta da coordenação de todos os eventos e trabalhos esse estatuto juvenil. O que se passa (e em termos radicalmente diferentes) é que há que incorporar os «quadros associativos superiores» no seu devido lugar e imprimir uma sequência de intervenção concertada e efectiva (não nos esqueçamos da forte ligação ao meio que a Universidade empreende crescentemente). Deste modo, tem todo o sentido potenciar a criação de uma Confederação Nacional de Associações, de preferência académicas, até porque há um desgaste na capacidade interventiva de estruturas juvenis políticas, formalizadas e afins.

Todas as academias do país, de Norte a Sul, passando pelas «autónomas», mantêm uma estrutura associativa consolidada (desde a tradicional Académica de Coimbra às dinâmicas estruturas de Vila Real e da Universidade do Minho). O único senão, na excepção inevitável à regra, radica no Porto. A Cidade Invicta, pólo do desenvolvimento socioeconómico norte-nho e de uma crescente implementação de capital científico, dispõe neste momento de vinte e quatro estruturas associativas (enquadrando-se as dozes da Universidade do Porto, a Católica, Portucalense, a que se juntam institutos e afins) e, apesar de históricas e infrutíferas tentativas no sentido de viabilizar uma «Académica», o processo nunca avançou. Motivos? Muitos, desde incompatibilidades políticas

a uma falta de estratégia concertada e unificada de actuação. Porque a grande verdade é que, mais importante do que discutir quem terá a «solene» honra de integrar os quadros dirigentes da estrutura, de quem comandará o processo, de quem serão os vitoriosos e os derrotados, há que definir noções teóricas, princípios de base. Há, no fundo, que discutir o que será a Associação, com que fins se constituirá e que papel deverá preservar no seu processo de actuação. Acontece que isso nunca foi feito, e por isso a Cidade Invicta aparece, em termos associativos, aos olhos do resto dos «habitues» do meio, como desordenada, incapaz de assumir posições uniformes e dominantes a nível de grandes questões que conjuntural ou mesmo estruturalmente lançam a atenção do «mundo» para os problemas do sector.

A criação de uma estrutura nacional agregadora das associações académicas do país é um processo irreduzível; a Academia do Porto, se quiser assumir uma posição de força, se quiser manter a tónica (já) presente em muitos outros sectores de intervenção social, terá de pensar com clareza e convicção os seus rumos. O passo imediato é fazer sentar à mesa da discussão as associações representativas e centralizar as «ordens de trabalhos» na elaboração de uma estrutura global de intervenção. Na definição de uma Associação Académica. Nunca poderão ser «estruturas exteriores», agentes não identificados com os estudantes a ditar o andamento — será o princípio do fim e o bater na mesma tecla. Há que virar a página. Em tempo de Verão, 20 anos volvidos sobre 68, as luzes terão de acender no Porto. Sem sombra de pecado.

* Estudante universitário / Dirigente associativo

Associações Académicas